

ARTIGO

IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES EM EVENTOS NACIONAIS

Fernanda Ramos da Silva¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa para a elaboração de Dissertação de Mestrado em Geografia, do Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Esse artigo foi desenvolvido a partir do estudo documental da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, fazendo um comparativo das políticas públicas educacionais de forma geral para a formação de professores nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. O artigo tem como objetivo analisar o ensino de Geografia no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). Além da revisão bibliográfica, realizamos, levantamento, sistematização e análise dos trabalhos referentes ao PIBID publicados em anais dos principais eventos nacionais de Geografia ocorridos entre 2011 e 2015. A partir dos trabalhos analisados identificamos que relatos gerais, recursos didáticos e metodologias foram os temas/questões predominantes nos trabalhos do PIBID. A ideia principal dos trabalhos é agregar conhecimento didático aos alunos/bolsistas e para os professores das escolas da rede básica. O PIBID tem apresentado resultados satisfatórios, devendo permanecer nas universidades brasileiras para continuar incentivando na formação dos futuros professores e levar novos conhecimentos aos professores das escolas da rede básica de ensino.

Palavras-chave: PIBID. Ensino de Geografia. Políticas públicas.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Licenciada em Geografia pela mesma instituição. Cursando especialização em Educação Especial pela Faculdade de Educação – FAED da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: fer_ufgd2011@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentaremos um breve panorama das recentes políticas públicas educacionais para a formação de professores no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 de 1996, destacando questões referentes à formação de professores e fazendo um comparativo quanto às políticas e os programas educacionais em geral e para a formação de professores entre os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

Neste contexto apresentaremos um breve histórico do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), avaliando e analisando, de acordo com alguns autores, os resultados ou consequências do PIBID para a formação de professores. Depois trataremos de um levantamento realizado sobre os trabalhos resultantes do PIBID publicados nos anais dos principais eventos de Geografia: XI Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG-2011); XI Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG-2012); XVII Encontro Nacional de Geógrafos (2012); VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (2014) e VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia Fala Professor (2015).

A partir dos trabalhos selecionados e analisados, elaboramos duas tabelas a fim de apontarmos alguns dados quantitativos que entendemos serem interessantes para os objetivos desse artigo. Identificamos que os relatos gerais, os recursos didáticos e as metodologias foram os temas/questões que estiveram mais presentes nos trabalhos do PIBID publicados em anais de eventos nacionais.

A partir disso, fizemos uma discussão sobre os trabalhos em forma de relatos gerais sobre experiências e práticas realizadas pelo PIBID em aulas de Geografia; recursos didáticos (análise e produção de material) e metodologias para o ensino de Geografia, sendo possível identificar o desenvolvimento das atividades do PIBID nos cursos de Geografia das diferentes instituições brasileiras e como o ensino de Geografia pode ser caracterizado a partir desses trabalhos.

Verificamos que o PIBID tem desenvolvido trabalhos interessantes que podem ser transformados em material didático para ser utilizado pelos professores de Geografia, pois muitos dos conteúdos e práticas trabalhadas ainda não são utilizados pelos **docentes** da rede de educação básica e sabemos que muitas escolas brasileiras ainda não disponibilizam recursos e materiais para auxiliar os professores na sala de aula.

Percebemos que a ideia principal de grande parte dos trabalhos é agregar conhecimento didático para os bolsistas e para os professores das escolas da rede básica de ensino. Com base nos trabalhos analisados, identificamos que os pibidianos desenvolveram atividades com aulas dinâmicas, lúdicas e interativas que contribuíram para transmitir conhecimentos de Geografia e desenvolver os conteúdos nas aulas dessa disciplina, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem.

2 CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA

No início dos anos de 1990 ocorreram mudanças significativas no campo educacional, como a Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) que, após oitos anos de discussão (1988-1996), tornou-se um grande marco para a educação brasileira. Ainda que tenha sido remetida pelos moldes neoliberais, foi tida como inovadora para a educação, totalmente diferente das Leis anteriores, sendo considerada como ‘filha da década de 1990’. Tais avanços estão ligados a conquistas importantes, como: a democratização das escolas; os direitos da criança; educação infantil; educação especial; educação de comunidades remanescentes de indígenas e quilombolas.

Acredita-se que a LDB avançou ao compreender a diversidade atendida pela educação e, também, ao destacar a democratização das escolas. Porém, no que diz respeito à formação de professores, compreende-a de forma aligeirada, de desvalorização da formação inicial e de alteração da função dos professores, conformando com perspectivas mercadológicas (CAMPOS; SOUZA JÚNIOR, 2011, p. 37).

A formação de professores constituída nesse contexto teve como “o processo histórico de desvalorização social e descaso para uma formação adequada, pois a educação passou a agregar elementos constituídos por valores no mercado” (MEDEIROS; PIRES, 2014, p. 3). Com isso, a nova formação de professores modificou o perfil que se tinha do professor que não teria mais aberturas para “formar sujeitos capazes de construir projetos de emancipação, deve fornecer mercados de indivíduos conforme as regras, ou seja, desempenhar um papel que o sistema produtivo impõe” (CAMPOS; SOUZA JÚNIOR, 2011 *apud* SUDBRAK, 2004, p. 4).

Canan (2012, p. 2) aponta que “A LDB abriu novas discussões a respeito da formação dos profissionais da educação, principalmente com o artigo 62 da LDB/96, que trata da formação continuada ou formação em nível superior (graduação)”. O artigo 62 apresenta a

diferença entre formação para o magistério e a formação específica. Para os professores lecionarem na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, necessitariam apenas da formação realizada pelo Ensino Médio nas escolas de rede básica de ensino. Já os professores licenciados com diploma de educação em nível superior, poderiam fazer cursos de formação pedagógica para poder atuar em outras modalidades como: Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

Em vista dessas questões relacionadas à LDB/96, apresentaremos as principais políticas educacionais para formação de professores criadas nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula.

O Brasil ficou marcado por importantes acontecimentos no campo político e econômico durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), que foi o primeiro presidente da República a governar por dois mandatos consecutivos.

No governo FHC foram realizados acordos com organismos internacionais que disponibilizaram financiamentos para atender a educação no país. As grandes potências econômicas mundiais foram as principais responsáveis a garantir financiamentos e criarem estratégias de modificações nas políticas públicas educacionais nos países subdesenvolvidos como o Brasil, que firmou acordos com instituições internacionais como o Banco Mundial – BM, que é uma instituição financeira que dirige operações de créditos, financiamentos envolvendo dinheiro público e privado, constituído por um organismo multilateral de crédito, composto por instituições vinculadas entre si.

Desde a década de 1960, o Banco Mundial vem participando de forma organizada e direta no âmbito educacional, com capacidade para intervir e formular políticas educacionais para a América Latina. Nos anos de 1990 o Banco Mundial passa a ser considerado o maior controlador sobre os países tomadores de empréstimos e, no Brasil, é percebido também como o principal responsável por organizar formas e estratégias para criar as políticas públicas educacionais para o país.

No governo FHC, após os acordos firmados para aquisição de financiamentos para cumprir as metas propostas internacionalmente para atender a educação, o Brasil fez empréstimos e ficou endividado com os organismos internacionais. Com políticas públicas que se agruparam ao Ensino Fundamental e Ensino Médio e alguns programas voltados para avaliação, desconsiderando políticas públicas voltadas para atender o ensino superior e formação de professores.

Os programas criados para o ensino Superior foram: o Provão e Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. O programa *Bolsa-Escola* foi considerado pelo MEC como um programa objetivo criado para o acesso e a permanência na escola, concedendo auxílio financeiro às famílias com crianças em idade escolar com “renda *per capita* seja inferior a um mínimo estipulado pelo programa. A bolsa está condicionada à matrícula e à frequência dos filhos, no ensino fundamental” (SHIROMA, 2002, p. 88). Nesse governo não foi identificado programas voltados especificamente para a formação de professores.

Os cursos de licenciaturas foram considerados desnecessários e dispensáveis para a formação de professores no Brasil, “o Ministro da Educação passou a apontar em seus discursos o possível fim das licenciaturas, o lócus próprio da formação de professores em nível superior” (BRZEZINSKI, 2000, p. 149). No ensino superior não ocorreu ampliação e investimentos, causando uma desvalorização para as universidades. A ideia central era privatizar as universidades públicas, para poder criar cursos pagos, vender serviços e assinar convênios com os setores privados visando apenas o lucro.

Desta forma, compreendemos que durante esse governo não foram propostas políticas públicas para atender a formação de professores e questões importantes ligadas a carreira profissional foram esquecidas como: planos de carreira, qualificação profissional, formação inicial e formação continuada, entre outras.

Posteriormente aos dois mandatos seguidos de Fernando Henrique Cardoso, foi eleito em 2002 como presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, que permaneceu por dois mandatos consecutivos até o ano de 2010. Nesse governo foram implantados diferentes ações e programas para atender o campo educacional, dos quais que buscaremos analisar aqueles que contribuíram para a formação de professores no Brasil.

O governo Lula iniciou seu trabalho assumindo dívidas externas, herdadas do governo FHC. A nova gestão iniciou-se com um novo ciclo de transformações, com a criação de programas e ações para atender a educação, sendo apresentadas “propostas educacionais que priorizam o acesso de toda a população à educação de qualidade em todos os níveis e a cooperação entre a União, Estados e Municípios” (OLIVERI, 2014, p. 44).

No governo Lula o Ministério da Educação viabilizou a criação de diversos programas e o atendimento de propostas para atender a educação em diversos níveis e áreas como: educação básica; educação continuada; alfabetização; diversidade e inclusão; educação profissional/tecnológica; e educação superior.

Foram criados e implantados pelo MEC programas que contribuíram para a formação de professores, como: Programa Gestão de Aprendizagem Escolar (GESTAR II) – 2004; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores – 2004; Programa Universidade Para Todos (ProUni) – 2005; Universidade Aberta do Brasil (UAB) – 2006; Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) – 2006; Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – 2007; e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) – 2009. Sendo alguns programas criados para a formação inicial de professores da educação básica e outros destinados à formação continuada desses docentes.

Também foram criados programas para atender a educação superior profissional e tecnológica e básica de qualidade, com unidades de formação em diferentes regiões brasileiras, possibilitando vínculos à pesquisa e ao desenvolvimento científico, garantindo a formação de futuros profissionais para atender às necessidades do mercado de trabalho, sendo importante para garantir o crescimento econômico e social do país.

Além disso, outras políticas públicas foram criadas para atender a educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. A educação intercultural dos povos indígenas, do campo, das comunidades quilombolas, para as relações étnico-raciais, passou a ser atendida nesse governo. Nas políticas direcionadas para a alfabetização, observamos a elevação de escolaridade, qualificação profissional e a participação cidadã, bem como a implementação de estratégias específicas para a juventude e as pessoas em privação de liberdade, assim como a inclusão da educação especial considerada como um grande ganho para a educação no país.

Observamos que nesse governo foram criadas políticas públicas voltadas para o ensino superior. Garantindo a ampliação e crescimento das universidades públicas, com a oferta de novos cursos e aumento de vagas nas universidades federais, a interiorização dos *campi* universitários, a redefinição das formas de ingresso, a democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, a nova estrutura de avaliação de cursos e das instituições, ao desenvolvimento dos instrumentos de regulação e supervisão, bem como a ampliação da pós-graduação pelo Brasil.

3 PIBID E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No ano de 2007 foi lançado em âmbito nacional o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, apresentando a proposta de projetos de iniciação à docência,

um Programa destinado à formação de professores da educação básica criado pelo Ministério da Educação no governo Lula e implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que passou a ter uma nova função, sendo a principal responsável a financiar e acompanhar os programas para a formação de professores, promovendo uma articulação entre a educação básica e a formação inicial.

O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem garantir a inserção dos discentes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica, para que desenvolvessem atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola básica.

O PIBID foi proposto como incentivo e valorização do magistério, um Programa de iniciação à docência, oferecendo um aprimoramento no processo de formação de professores, garantindo aos alunos dos cursos de licenciatura das universidades brasileiras a oportunidade de exercer atividades pedagógicas nas escolas de educação básica, possibilitando dessa forma uma troca entre a escola e a universidade.

O Programa apresentou seis principais objetivos: Incentivo à formação de professores em nível superior para a educação básica; Valorização do magistério; Qualidade na formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; Inclusão dos pibidianos no cotidiano de escolas proporcionando-lhes participação e experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar; Incentivo às escolas públicas de educação básica, mobilizando seus docentes como formadores dos futuros professores e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; Contribuição entre teoria e prática necessárias à formação dos professores.

O programa se tornou muito positivo por oferecer ações importantes, que contribuem cada vez mais para a qualidade na formação inicial dos futuros professores brasileiros que atuam na educação básica. Proporciona a oportunidade para os licenciandos se aproximarem da realidade vivida no exercício da docência que propõem a observar, viver, experimentar, conviver, aprender concretamente o ofício de ser professor.

O aumento do quantitativo de sujeitos envolvidos no PIBID deve ser visto a partir de uma perspectiva qualitativa, pois se trata de um programa que, ao qualificar a formação e atuação docente, justifica a importância de

implementação de projetos educacionais nos diversos componentes curriculares que fazem parte da Educação Básica, nas diferentes áreas do território nacional. Portanto, ele deve ser planejado não como uma política que atenda parcialmente aos futuros professores e sim ir em direção ao atendimento da totalidade dos sujeitos envolvidos com a formação docente (BUENO; MORAIS, 2017, p. 8).

O programa pode ser considerado como uma importante política pública e, nos últimos anos, obteve resultados positivos. O PIBID insere a formação no interior da escola, enfatizando a complexidade dessa formação docente no debate e nas ações voltadas à profissionalização dos futuros professores que atuarão nas escolas de educação básica.

De fato, nesse período ainda curto de sua existência, o Pibid já vem sendo reconhecido como uma política pública de alto impacto na qualidade da formação de professores. A Capes acompanha o programa por meio de análise de relatórios anuais, visitas técnicas, encontros nacionais de coordenadores, participação nos inúmeros eventos promovidos pelas instituições, envio de formulários por meio de ambiente virtual, sempre buscando avaliar os resultados alcançados pelo programa, aperfeiçoar sua gestão e induzir novos patamares de alcance de objetivos educacionais (GATTI *et al*, 2014, p. 5).

O PIBID foi proposto como política de parceria entre a universidade e a escola, tornando-se a “contribuição para a articulação entre teoria e prática” (JARDILINO, 2014, p. 360). Dessa forma, aliado a outras iniciativas desenvolvidas no âmbito da Instituição, tem oferecido alternativas no que se refere às possibilidades de ações, com o objetivo de dar um significado positivo nas Licenciaturas.

O governo estabelece programas de formação de professores inicial e continuada, na tentativa de reaver o que fora perdido por ele mesmo, em razão dos anos de descaso e ausência de investimentos, que contribuíram para o desinteresse dos jovens pela docência já no ensino médio, o que consequentemente colaborou com a carência de docentes para a educação básica e para as licenciaturas, colocando o país em desvantagem em relação a outros países, por isto implica em diminuição nos índices educacionais. O PIBID, como uma política indutora do governo, reconhece a necessidade de investir na formação de professores, na perspectiva de integrar-se a um conjunto de ações que visam à formação inicial, continuada e permanência na docência, junto aos estudantes, contribuindo para a elevação dos processos de aprendizagem de alunos, elevação do IDEB, além de proporcionar uma possibilidade promissora de estabelecer compromissos para a construção de relações produtivas e efetivas para a docência (MEDEIROS; PIRES, 2014, p. 47).

O PIBID também contribui para a formação continuada e qualificada dos professores supervisores das escolas, aproximando-o cada vez mais do meio acadêmico, propiciando mudanças em perspectivas profissionais e aprendizagens, contribuindo para a melhoria de seu

desempenho. Observamos melhoras significativas na qualidade do ensino na escola e para os acadêmicos que participam do programa, bem como novas formas de ensinar, com “a busca de novas metodologias, aliada aos usos das novas tecnologias informacionais e ao desenvolvimento de materiais didáticos voltados para a inclusão escolar” (FERNANDES; MENDONÇA, 2013, p. 11).

O PIBID-Diversidade também chegou nas universidades no ano de 2013 e promoveu uma diferença para a qualidade da formação de professores dos cursos das licenciaturas interculturais indígenas e do campo. Permitiu o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas ligadas às diferentes áreas de conhecimento de cada comunidade ou região dos alunos bolsistas das escolas do campo, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que antes não eram participantes.

Apesar de o PIBID apresentar um período curto de existência, evidenciamos um grande avanço desde sua implantação, trazendo contribuições significativas para a formação inicial dos professores do ensino básico, além de contribuir para a formação continuada dos professores do ensino básico. Assim, verificamos a necessidade de inserir o programa como uma política pública de alto impacto na qualidade da formação dos futuros professores, com novas perspectivas para as licenciaturas e para a formação de professores no país, garantindo uma importante contribuição do programa para a educação nacional.

Dessa forma, programas como o PIBID podem favorecer uma formação que garanta o direito de aprender dos professores, com base em projetos pedagógicos que contemplem a conexão entre teoria e prática; a integração entre as escolas e as instituições formadoras; o equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e a ética que alcance a responsabilidade social da profissão e que promova a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (BUENO; MORAIS, 2017, p. 3).

O PIBID tem apresentando questões importantes que ajudam a refletir para enfrentar problemas básicos na educação, como nas aulas, na construção de materiais pedagógicos, além de incentivar na formação de professores, desacomodar os cursos de licenciaturas e mobilizar as escolas.

4 A GEOGRAFIA NOS TRABALHOS DO PIBID PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS NACIONAIS DE GEOGRAFIA

Com base no breve histórico apresentado sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), observou-se que nos últimos anos ocorreu um crescimento da

participação dos bolsistas, coordenadores e supervisores dos subprojetos de Geografia que produziram diversas pesquisas no âmbito do PIBID.

Apresentaremos um levantamento realizado a partir dos trabalhos produzidos pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) das diversas instituições brasileiras que foram publicados nos anais dos eventos nacionais de Geografia: XI Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (2011), XVII Encontro Nacional de Geógrafos (2012), XII Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (2013), VII Congresso Brasileiro de geógrafos (2014) e VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia Fala Professor (2015).

Para identificar e analisar os trabalhos foram observados: o título, as palavras-chaves e resumo de cada publicação de maneira que se caracterizasse como um trabalho desenvolvido por bolsistas ou resultantes de atividades do PIBID.

Após a análise dos trabalhos, organizamos a Quadro 1 com os dados quantitativos de trabalhos produzidos no âmbito de projetos do PIBID publicados em cada evento com o ano de realização.

Evento/Local de realização	Ano de realização	Número de trabalhos
XI Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia – Goiânia (GO)	2011	08
XVII Encontro Nacional de Geógrafos – Belo Horizonte (MG)	2012	28
XII Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia – João Pessoa (PB)	2013	23
VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Vitória (ES)	2014	39
VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia (FALA PROFESSOR) – Catalão (GO)	2015	14
Total		112

Quadro 1: Trabalhos sobre o PIBID publicados nos eventos nacionais de Geografia.
Organizado pela autora.

A partir da identificação dos trabalhos do PIBID que foram publicados nos anais dos eventos nacionais de Geografia, pudemos observar um número expressivo de trabalhos produzidos em diferentes instituições brasileiras participantes do PIBID com projetos de Geografia, totalizando 112 trabalhos que abordam diversos temas relacionados com o ensino de Geografia e com a formação de professores.

Constatamos que do ano 2011 a 2015 houve significativa ampliação do número de instituições que produziram trabalhos referentes ao PIBID apresentados nos eventos da

Geografia brasileira. Identificamos 3 instituições (UNIMONTES, UFSJ e UFPA) que produziram trabalhos para o XI ENPEG. No evento XVII ENG passou-se para 14 instituições (UFC, UFFS, UFGD, UFMA, FURG, UFRJ, UFS, UNIMONTES, UERN, UFSJ, UERJ, UFV, UFRRJ e UFT). No ENPEG João Pessoa foram 19 instituições (UFGD, UFFS, UFRN, UEPB, UEL, UFES, UNEB, UERN, UFMT, UERJ, IFMG, UFF, IFSP, URCA, UNIMONTES, UNICENTRO, UEPB, UFV e UECE). No VII CBG os trabalhos foram provenientes de 20 instituições (UNIOESTE, UFRGS, UNEAL, CUFA, UEM, UFPA, UFGD, UFS, UEA, PUC/Campinas, UNICAMP, UEL, UERJ, UFES, UFFS, UFMS, UFRRJ, UNEMAT, UNIMONTES e UPF); e no Fala Professor/2015 foram 8 instituições (UFPA, UFMT, UFU, UNESP/RC, UEG, UFG, PUC/RJ, UEG-Campus Pires do Rio).

Após a organização dos trabalhos a partir da instituição de origem, passamos a agrupá-los com base nas temáticas/questões centrais que abordam. Essa classificação é apresentada na Quadro 2:

Tema/Questão central	Número de trabalhos
Educação Inclusiva	3
O papel do PIBID para a formação dos professores de Geografia	7
Conceitos geográficos	4
Diversidade étnico-racial	3
Relatos gerais sobre experiências e práticas realizada pelo PIBID em aulas de Geografia	23
Estado da Arte do PIBID/Geografia	1
Contribuições do PIBID para melhoria da Educação Básica	3
Representações cartográficas	10
Recursos Didáticos (análise e produção de material)	15
Metodologias para o ensino de Geografia	11
Questão ambiental	6
Linguagens no ensino de Geografia	8
Interdisciplinaridade na Geografia	2
Concepções dos alunos da Educação Básica sobre Geografia	2
Estágio Supervisionado e PIBID	1
Currículo	4
Conhecimentos científicos X conhecimentos escolares	1
Educação patrimonial	2
Saúde	1
Geografia a partir do Enem	1
Ensino Politécnico X Geografia	1
Produtividade e PIBID	1
PIBID como monitoria	1
O Programa Núcleo de Atividades para a Promoção de Cidadania (NAP) e PIBID	1
Total	112

Quadro 2: Temas/questões centrais dos trabalhos. Organizado pela autora.

Diante dos temas apresentados no Quadro 2 conseguimos identificar três situações que se destacam a partir dos textos analisados: a maior parte dos trabalhos publicados relata experiências e práticas realizadas nas aulas de Geografia por bolsistas do PIBID; destacam-se, também em número de trabalhos, aqueles em que o foco são os recursos didáticos, tanto sob o ponto de vista da análise desses recursos como na sua produção para auxiliar o ensino de Geografia; também há um número significativo de trabalhos abordando a questão das metodologias de ensino.

Verificamos ainda que boa parte dos trabalhos aborda as representações cartográficas nas aulas de Geografia, nos quais é possível perceber que as atividades contribuíram muito para a aprendizagem e desenvolvimento dos bolsistas e também dos alunos das escolas que antes tinham dificuldades e não conseguiam associar o conteúdo relacionado à cartografia com o seu cotidiano, por exemplo.

Alguns trabalhos discutem a formação inicial e continuada de professores de Geografia, analisando o papel da pesquisa dos coordenadores, supervisores e discentes do PIBID, mostrando a importância que esta tem na construção do conhecimento geográfico escolar e como a pesquisa se torna efetivamente parte do que é ser um professor.

Os trabalhos apresentados nos eventos, em sua maioria, constituem-se de relatos de experiências e práticas que são desenvolvidos no programa, elaborados por alunos bolsistas que desenvolvem trabalhos de campo, oficinas, projetos, entre outras atividades, em escolas municipais e estaduais de vários estados do Brasil. Neste sentido, verificamos que as práticas desenvolvidas em sala de aula, primeiro são planejadas pelos professores (coordenadores e supervisores) e depois executadas na sala de aula pelos alunos participantes do Programa.

Verifica-se, também, que as atividades desenvolvidas no âmbito do PIBID têm possibilitado a elaboração de material didático como textos, imagens (pinturas, fotografias, mapas, desenhos), jogos, maquetes e músicas para o trabalho com diversos temas nas aulas de Geografia, o que contribui para melhor a compreensão do conteúdo proposto relacionado com o cotidiano dos alunos da educação básica. São experiências inovadoras e mais atrativas para que os alunos pudessem compreender os conteúdos que eram considerados difíceis nas aulas de Geografia.

Após o levantamento realizado sobre os trabalhos desenvolvidos pelo PIBID e publicados em anais dos principais eventos da Geografia, verificamos que ocorreu um crescimento significativo nos últimos anos de trabalhos produzidos pelo PIBID e apresentados nesses eventos. Sendo assim, observamos que os trabalhos foram e são

relevantes para trabalhar o ensino de Geografia, possibilitando uma reflexão sobre a formação de professores de Geografia através do PIBID.

Freitas (2016, p. 74) aponta que o aumento expressivo do PIBID em participação de eventos em diferentes áreas do campo científico é um dos resultados alcançados pelo programa, que preza pelo incentivo de novas pesquisas e formação científica no campo das licenciaturas.

A partir dos recursos didáticos abordados nesses trabalhos, consideramos que o PIBID tem utilizado diferentes linguagens para trabalhar o ensino de Geografia. Nas atividades, os pibidianos não ficam presos apenas ao livro didático, pois são orientados a buscar diferentes formas e materiais didáticos para trabalhar os conteúdos nas aulas de Geografia, permitindo assim aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Nos trabalhos analisados verificamos que foram abordados diferentes conteúdos de Geografia, tais como: conceitos geográficos, relevo, mineração, cartografia, recursos hídricos, globalização, sustentabilidade, inclusão, educação ambiental, regiões brasileiras, sistema solar, consciência negra/afrodescendente, entre outros. Tais conteúdos foram trabalhados pelos pibidianos de uma forma diferente do que costumeiramente acontece na sala de aula; as atividades desenvolvidas no PIBID procuraram trabalhar os conteúdos de Geografia relacionados com a realidade dos alunos.

Como metodologias de ensino nos trabalhos, foram desenvolvidas atividades para ensinar Geografia de forma interativa e atrativa, em que os bolsistas utilizaram diferentes recursos didáticos para trabalhar com o conteúdo geográfico na sala de aula. Dessa forma, buscou-se proporcionar aos bolsistas do PIBID experiências que os auxiliassem a compreender o funcionamento e a realidade escolar e qualificar as ações de acordo com as metodologias utilizadas na sala de aula.

A partir dos projetos, eventos, oficinas, feiras e intervenções que ocorreram, verificamos que para realizar as atividades e práticas em sala de aula, são necessários vários fatores que contribuem com o desenvolvimento destas, os quais nem sempre estão presentes nas escolas de redes públicas de ensino básico, pois diante das realidades que encontramos nas escolas públicas, nem tudo se consegue realizar na sala de aula.

Foi possível analisar muitas experiências desenvolvidas pelo PIBID nas salas de aula. Consideramos que as metodologias desenvolvidas pela grande maioria dos pibidianos nas aulas de Geografia podem ser consideradas como a principal responsável em despertar interesse dos alunos nas atividades realizadas pelo PIBID nas escolas, utilizando vários

recursos didáticos para auxiliar as práticas de ensino nas aulas de Geografia e contribuindo para a formação inicial e continuada dos professores.

5 CONCLUSÃO

Consideramos que o PIBID tem contribuído para a formação inicial e continuada dos professores, com um caráter reflexivo-crítico, tornando o profissional como sujeito crítico e, ao mesmo tempo, criador de sua própria formação. O PIBID constitui-se num Programa fundamental ao docente, possibilitando aos alunos em formação uma experiência construtiva única, que é de ser professor.

O PIBID não proporciona apenas uma contribuição financeira com bolsas aos acadêmicos, mas traz oportunidade de pensar a sala de aula como um lugar de experiências e aprendizagens, funcionando como uma espécie de laboratório, ensinando meios para trabalhar a educação e as metodologias, na medida em que o licenciando pode analisar um professor desenvolvendo suas atividades e inserir-se nesse contexto.

A partir dos trabalhos analisados durante esta pesquisa, identificamos a interação entre os pibidianos e os professores supervisores das escolas que juntos propõem ações para refletir sobre um aprendizado mais prazeroso, para que as atividades possam se tornar mais atrativas e descontraídas para os alunos da escola, para que assim, o ensino de Geografia não permaneça apenas como transmissão de conteúdos.

Conseguimos ver que os projetos do PIBID de Geografia das diferentes instituições brasileiras estão buscando alternativas diferenciadas para trabalhar com ensino e com a Geografia. Os novos professores que participaram do PIBID e que estão chegando nas escolas de educação básica, estão transmitindo e repassando as novas ideias, deixando de ver o ensino da Geografia restrito apenas ao livro didático.

Nos trabalhos analisados pudemos perceber que no caso dos cursos de Geografia, o PIBID está presente em grande parte dos estados brasileiros, mas apontamos a importância do Programa ser estendido para atender a todos os cursos de licenciaturas do país, pois muitos acadêmicos e professores supervisores ainda desconhecem o progresso do Programa.

Diante disso, consideramos que o PIBID tem apresentado resultados satisfatórios e o programa deve permanecer nas universidades para continuar incentivando na formação dos futuros professores e levar conhecimentos novos aos professores das escolas da rede básica de ensino.

Infelizmente, no momento que realizamos essa pesquisa, o Brasil passa por uma grave crise democrática instalada entre as instituições, desencadeada pelo processo de *impeachment* que afastou a Presidenta da República Dilma Rousseff, eleita nas eleições de novembro de 2014. A partir desse processo antidemocrático, materializam-se fortes os ataques às conquistas alcançadas nas duas últimas décadas, dentre elas, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Dentre esses ataques, destaca-se a Emenda Constitucional 95/2016 que suspende por 20 exercícios fiscais a vinculação das receitas de impostos à educação, bem como limita os investimentos educacionais à inflação medida pelo IPCA-IBGE do exercício anterior, também por 20 anos. Além desse, tem-se ainda a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 no que se refere ao Ensino Médio.

Diante desses ataques, a permanências de programas voltados à formação de professores como o PIBID, estão seriamente ameaçados.

IMPORTANCE OF THE PIBID IN GEOGRAPHY TEACHERS' TRAINING: ANALYSIS OF PUBLICATIONS IN NATIONAL EVENTS

ABSTRACT

This article is the result of a research for the elaboration of a Master's Dissertation in Geography, of the Postgraduate Course in Geography (PPGG), Federal University of Grande Dourados - UFGD. This article was developed from the documentary study of the National Educational Guidelines and Bases Law (LDB) of 1996, making a comparative of public educational policy in general for teacher training in governments (FHC) and Lula. The article aims to analyze the teaching of Geography in the Institutional Program of Initiation to Teaching (PIBID). In addition to the bibliographical review, we carried out a survey and systematization and analysis of the works related to PIBID published in Annals of the main national events of Geography occurred between 2011 and 2015. From the analyzed works we identified, that general reports, didactic resources and methodologies were the subjects / predominant issues in the work of PIBID. The main idea of the work is to add didactic knowledge to the students / fellows and to the teachers of the basic network schools. The PIBID has presented satisfactory results, and should remain in the Brazilian universities, to continue encouraging in the training of the future teachers, and to bring new knowledge to the teachers of the schools of the basic network of education.

Keywords: PIBID. Teaching Geography. Public policy.

REFERÊNCIAS

- GATTI, B. A. *et al.* **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. FCC/SEP, 2014. Disponível em: < <http://wwcapes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf> >. Acesso em: 20 abri. 2017.
- BUENO, M. A; MORAIS, E. M. B. As contribuições do programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a formação de professores de Geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 71-86, abr/2017. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/12146/5/Artigo%20Míriam%20Aparecida%20Bueno%20-%202017.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2017.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CAMPOS, Fernanda Araújo Coutinho; SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira. Políticas Públicas para a formação de professores: desafios atuais. *In: Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 33-46, jan./abr. 2011. Disponível em: <[http://C:/Users/user/Downloads/7069-16177-1-PB%20\(2\).pdf](http://C:/Users/user/Downloads/7069-16177-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em 17 de abri. 2017.
- CANAN, Silvia R. Política nacional de formação de professores: um estudo do PIBID enquanto política de promoção e valorização da formação docente. *In: IX ANPEDSUL, Seminário de Pesquisa e Educação da Região Sul*, 2012. p. 1-13.
- FERNANDES, Maria J. S; MENDONÇA, Sueli G. L. PIBID: Uma contribuição à política de formação docente. **EntreVer**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 220-236, jan/jun. 2013.
- FREITAS, Anniele Sarah F. **Formar professores-pesquisadores numa escola de bacharéis: a cultura de geografia da UNICAMP**. 2016. 192 f. Dissertação mestrado – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2016.
- JARDILINO, Jose R. L. Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: estágio supervisionado e PIBID. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 21, p. 353-366, maio/ago. 2014.
- MEDEIROS, Josiane Lopes; PIRES, Luciene Lima de Assis. O PIBID no bojo das políticas educacionais de formação de professores. *In: Cad. Pes*, São Luís, v. 21, n. 2, p. 37-51, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2571>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- OLIVERI, Andressa M. R. **Políticas de formação de professores no Brasil: um estudo sobre o PIBID na região dos Inconfidentes-MG**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas Sociais. Departamento de Educação. – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2014.

SHIROMA, Eneida Oto (Org.). **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

Recebido em 14/02/2018.

Aceito em 28/06/2018.